



BRUNA DIAS GUIMARÃES

A cultura na Economia Política de Celso Furtado

Campinas
2017



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

BRUNA DIAS GUIMARÃES

A cultura na Economia Política de Celso Furtado

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior.

Campinas

2017

“Falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia. Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem?”

(Celso Furtado)

RESUMO

A Economia Política de Celso Furtado prima pelo exame sistemático e pela crítica implacável dos problemas concretos enfrentados pelas sociedades na periferia do sistema capitalista mundial. À luz da História, que localiza no espaço e no tempo as especificidades das formações sócio-econômicas, e de uma perspectiva de estrutura, que proporciona a apreensão do todo, Furtado compreende o desenvolvimento econômico como parte de um processo de transformações qualitativas que harmonizam as necessidades do conjunto da população às possibilidades materiais nacionais. Posta a problemática do desenvolvimento e seus dilemas, Furtado vai ampliar os horizontes de reflexão ao associar o subdesenvolvimento ao sistema de valores culturais que orientam a conduta dos homens frente ao leque de opções determinado pelo contexto histórico. Este estudo objetivou problematizar a dimensão cultural como um determinante direto do subdesenvolvimento, tendo como pilar teórico as reflexões de Celso Furtado. Além da leitura rigorosa dos textos fundamentais do autor, foi selecionada uma literatura de apoio sobre sua economia política como procedimento metodológico. Concluiu-se que o estudo do pensamento de Furtado sob o prisma da cultura, pode revelar-se profícuo à compreensão e à superação de problemas fundamentais da sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Celso Furtado; desenvolvimento; subdesenvolvimento; cultura.

ABSTRACT

Celso Furtado's Political Economy distinguishes itself by the systematic examination and relentless criticism of the concrete issues faced by the societies in the periphery of the global capitalism. In light of history that places in space and time the specifications of the socioeconomic formations and from a structural perspective, which provides an complete apprehension, Furtado understands the economic development as part of a process of qualitative transformations that harmonizes the needs of the entire population to the national material possibilities. Putting the problem of underdevelopment and its dilemma, Furtado will broaden the horizons of reflection by associating the underdevelopment to the system of cultural values that guide men's conducts in face of the range of options determined by the historical context. This study aimed to problematize the cultural dimension as a direct determinant of underdevelopment, using as theoretical pillar the reflections of Celso Furtado. In addition to the vigorous reading of the essential texts of the author, it was selected a support literature about Political Economy as the methodological procedure. It was concluded that Furtado's intellectual production under the cultural prism can reveal advantageous to the comprehension and overcoming of the essential problems of the Brazilian society.

Keywords: Celso Furtado; development; underdevelopment; culture

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1 - Introdução à Economia Política de Celso Furtado	8
1.1 Breve contextualização	8
1.2 O florescimento da dimensão cultural	10
Capítulo 2 - A cultura na metodologia de Celso Furtado	13
2.1 A Teoria do Excedente como pedra angular	13
2.2 A História como elemento estratégico	17
2.3 A cultura como chave do desenvolvimento	19
Capítulo 3 - A dimensão cultural na teoria de Celso Furtado	23
3.1 O princípio da racionalização	23
3.2 Os condicionantes objetivos do subdesenvolvimento	27
3.3 Os condicionantes subjetivos do subdesenvolvimento	29
3.4 O planejamento	32
Conclusão	36
REFERÊNCIAS	38

Introdução

Caracterizada pela interdisciplinaridade, a economia política de Furtado submeteu a diversos ângulos de investigação os muitos e variados problemas enfrentados pela sociedade brasileira no correr dos anos. Tributário de um método analítico que seja capaz de acomodar as especificidades das formações sociais e as generalidades passíveis de observação e apreensão dos processos sociais, o estudo do pensamento de Celso Furtado sob o prisma cultural pode trazer luz à compreensão de alguns problemas crônicos brasileiros.

Quanto à temática do desenvolvimento e seus dilemas, o pensamento furtadiano expressou-se pela crítica dos estigmas que assolam as economias subdesenvolvidas e pela intercessão em favor da construção de um capitalismo sustentado na democracia e na primazia nacional. Uma teoria de cunho prático, Furtado pretendeu contribuir concretamente com a proposição de alternativas aos constrangimentos do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Os sistemas de valores culturais, que norteiam as sociedades, adquiriu proporção significativa em suas reflexões. Ao depositar na modernização dos padrões de consumo o condicionamento definitivo do subdesenvolvimento, Furtado advogou pela tese de uma forma de assimilação de tecnologia na periferia capitalista, guiada por uma elite antinacional e antissocial, que distorceu a relação entre meios e fins, comprometendo o controle das transformações no sentido da melhora da qualidade de vida da coletividade. Posto isso, problematizaremos a dimensão cultural como um determinante direto do subdesenvolvimento.

Tendo como alicerce teórico as reflexões de Celso Furtado, demonstraremos como a cultura pode ser um fator crucial na explicação da condição de atraso econômico e social através de uma revisão de sua economia política. Esta foi concebida em seus aspectos metodológicos - a problemática cultural no cerne do método histórico-estrutural; teóricos - a teoria do desenvolvimento de Furtado equaciona-se em torno da necessidade de adequar meios a fins; de práxis - o planejamento da incorporação de progresso técnico em função das necessidades e das possibilidades nacionais, a fim de romper com a modernização dos padrões de consumo.

No capítulo 1, procuraremos traçar em linhas gerais o contexto da produção intelectual de Celso Furtado, voltada à apreensão do desenvolvimento como um

processo global, e realçar a crescente importância do componente cultural nas reflexões do autor. Pretende-se colocar em evidência o período que compreende as publicações de *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) e de *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984) a fim de destacar a mudança de tom em suas teorizações.

No capítulo 2, apresentaremos como a elaboração de um novo quadro conceitual, pautada pelo esforço de dar uma nova orientação aos estudos do Desenvolvimento, vai ser fundada em uma teoria do excedente. Em seguida, analisaremos como esta teoria do excedente vai associar-se à História através do elemento cultural - pilares do método histórico-estrutural mobilizado por Furtado.

No capítulo 3, trataremos dos eixos da teoria de desenvolvimento de Furtado a partir de algumas considerações acerca do princípio da racionalização. Mostraremos de que maneira os valores estão na base de uma conduta que leva a uma incorporação irracional do progresso técnico - leia-se subdesenvolvimento - e de como estes valores podem dar as coordenadas para solução dessa distorção.

Por fim, na Conclusão, uma síntese das ideias tidas como essenciais à apreensão do desenvolvimento enquanto um processo de mudanças qualitativas, ou seja, de transformações que alinham as necessidades sociais, as possibilidades materiais e as aspirações individuais de uma sociedade. Veremos também como a atualização crítica da ideia de assimilação e de reprodução de valores do centro capitalista mundial - a modernização dos padrões de consumo - pode revelar-se um instrumento poderoso ao escrutínio de problemas fundamentais da sociedade brasileira.

Capítulo 1 - Introdução à Economia Política de Celso Furtado

Uma economia política voltada para dentro, no que diz respeito ao desenvolvimento e seus dilemas, o pensamento de Celso Furtado traduziu-se pela "severa crítica às mazelas do subdesenvolvimento e uma obstinada defesa da possibilidade de compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional na periferia do sistema capitalista mundial"¹. A essência do argumento repousou na articulação entre a estrutura centro-periferia, a modernização dos padrões de consumo e a heterogeneidade estrutural - uma confluência entre elementos de ordem política, econômica, social e cultural.

A dimensão da cultura ganhou uma posição proeminente nas reflexões de Furtado. Crítico de uma modernidade que não equaciona as necessidades e as possibilidades específicas de cada nação, Furtado alçou a modernização dos padrões de consumo - uma forma irracional de assimilação do progresso técnico - à condição última do subdesenvolvimento. Em outros termos, "produto de uma circunstância histórica e de uma vontade política, o fenômeno do subdesenvolvimento"², é resultado do modo pelo qual se deu o processo de difusão e de assimilação do progresso tecnológico - priorizando a importação de uma tecnologia inadequada à realidade das sociedades periféricas.

1.1 Breve contextualização

A reflexão sobre desenvolvimento, após o término da Segunda Guerra Mundial, foi pautada pela percepção do atraso econômico da maior parte dos países. O trabalho acadêmico passou a ser alimentado pela discussão política, retrato das transformações engendradas pela guerra - "o desmantelamento das estruturas coloniais e a emergência de novas formas de hegemonia internacional fundadas no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica"³.

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou transformações decisivas nos diversos aspectos da realidade mundial, abrindo uma nova etapa das relações entre o centro e a periferia, bem como dos constructos teóricos apropriados para abarcar essas novas questões. A superação da crise de 1929, que se deu efetivamente

¹ SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. Economia Ensaios, Uberlândia, v.22, n.2, 2008, p.1.

² Ibid., p.10.

³ FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1981, p.20.

após 1945, foi resultado do rompimento com ortodoxia liberal através da adoção de medidas políticas e arranjos institucionais que favoreceram a intervenção sobre as forças de mercado. Emergiram perspectivas teóricas que buscavam contemplar as dimensões social, política, cultural, institucional e geográfica para maior compreensão da realidade econômica.

Em sentido amplo, o pensamento econômico depois de 1945 teve que se abrir para admitir a existência de realidades históricas específicas, entre elas o subdesenvolvimento, cuja justa compreensão demandava novos instrumentos analíticos. (PAULA, 2013, p.14)

No Brasil, o processo de modernização conduzido pelo Estado desde 1930, vê considerável transformação a partir de 1950 com a entrada de sujeitos políticos mobilizados - trabalhadores urbanos, rurais e de setores médios - cujas reivindicações vão convergir para a luta pelas reformas de base. É no âmbito da aceleração da luta de classes no Brasil, pela crescente participação dos setores populares, que a problemática do desenvolvimento vai apresentar-se complexa e ambivalente, contraditória e aberta do processo de transformação social do país - processo em que Furtado ocupará posição de destaque (PAULA, 2013).

A despeito da existência de trabalhos pontuais que terão papel importante na abertura de novos caminhos de pensamento, o debate sobre desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960 centrou-se na determinação primeira da dimensão política, um enfoque problemático para Furtado, visto uma “temática complexa [que] foi sendo feita sem o benefício de um esforço de teorização prévio na dimensão requerida, quase sempre a partir de marcos conceituais, de todo insuficientes”⁴. O autor é incisivo quanto aos limites das teorizações econômicas do período:

A incapacidade dos modelos de crescimento para captar as transformações estruturais - ou seja, a interação do “econômico” com o não-econômico - e para registrar as complexas reações que ocorrem nas fronteiras do sistema econômico, deriva da forma mesma como é apreendida a realidade econômica que lhes é subjacente. **Quanto mais sofisticados, mais afastados se encontram tais modelos da multidimensionalidade da realidade social.** (FURTADO, 1981, p.13; grifo nosso)

Os anos vindouros tornaram patente a necessidade de novas abordagens, uma vez marcados pelas modificações causadas pela aceleração do processo de acumulação, pela emergência das transnacionais, pela crescente importância na

⁴ Ibid., p.22.

orientação dos investimentos na criação de liquidez e na distribuição geográfica do produto. Acabaram, assim, por dar margem à ampliação dos horizontes da reflexão sobre o desenvolvimento.

À construção de uma nova visão de desenvolvimento, três grandes blocos de contribuições teóricas marcaram o período entre os anos de 1950 a 1960: i. a análise macroeconômica keynesiana - possibilitou “uma teoria da coordenação das decisões econômicas que valorizaria (...) os centros de decisão a nível nacional”⁵; ii. o pensamento historicista - produziu o conceito de forças produtivas, sugerindo “a complementaridade das atividades produtivas, que assim são vistas como um processo social e não como a adição de elementos discretos”⁶; iii. a escola estruturalista latino-americana - trouxe ideias seminais, como a de estrutura centro-periferia e a que concerne aos “efeitos perversos” da orientação tecnológica incorporada aos equipamentos importados pelos países de desenvolvimento retardado.

1.2 O florescimento da dimensão cultural

Meados da década de 1970, a economia brasileira prosseguia com o avanço industrial sem o abandono de suas principais características de subdesenvolvimento – “grande heterogeneidade tecnológica, marcadas desigualdades na produtividade do trabalho entre áreas rurais e urbanas, uma proporção relativamente estável da população vivendo ao nível de subsistência, crescente subemprego urbano”⁷. A abundância de recursos naturais, o tamanho da população e o nível médio de renda obtido no período primário-exportador, através da maximização das vantagens comparativas estáticas no comércio exterior, convergiam para produzir grande potencial de crescimento (FURTADO, 1974).

O rápido crescimento industrial estava lastreado na intensa absorção de progresso técnico sob a forma de novos produtos e processos. Expansão, portanto, que se desenvolvia através de um entrosamento das indústrias locais com os sistemas industriais dominantes - dos quais emergia o fluxo da nova tecnologia (FURTADO, 1974). O que houve foi uma confluência entre os interesses de grandes empresas, que se prendiam a projetos de suas matrizes, e minorias modernizadas,

⁵ Ibid., p.30.

⁶ Ibid., p.31.

⁷ FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p.77.

que procuravam manter-se atualizadas em relação às mudanças dos padrões de consumo das economias centrais, a despeito da incapacidade estrutural do sistema econômico nacional em gerar o tipo de demanda requerido para assegurar a expansão.

As medidas para a continuidade da onda expansiva, ao contrário das tomadas durante o período do pós-guerra, foram ao revés da distribuição de renda, assim possibilitando a produção do perfil de demanda que melhor se ajustaria aos planos de expansão das grandes empresas internacionalizadas e aos desejos da minoria modernizada. Foi este o quadro socioeconômico mote de um conjunto de ensaios publicados em 1974 sob o título *O mito do desenvolvimento econômico* - ponto de inflexão no pensamento de Furtado; passa a associar intimamente desenvolvimento econômico e valores culturais. O autor, em prefácio, sugere o caráter de “divisor de águas” da publicação, apontando para mudanças maiores no sistema capitalista:

Os leitores que se hajam interessado por trabalhos anteriores do autor perceberão que **existem diferenças entre a visão global da evolução recente do sistema capitalista, apresentada nestes ensaios, e algumas das ideias sugeridas em estudos escritos em 1967 e 1968** (...) Os ensaios do presente volume são o fruto de observações feitas (...) no correr dos últimos cinco ou sete anos, período em que as verdadeiras consequências do segundo conflito mundial, no plano econômico, se manifestam com plenitude (...). As tendências a uma crescente unificação do sistema capitalista aparecem agora com muito maior clareza do que era o caso na metade do decênio dos 60. (FURTADO, 1974, p.12; grifo nosso)

As ponderações acerca da influência dos “mitos” sobre a tentativa de entendimento da realidade social deram o tom do argumento que indica um domínio em geral pouco explicitado, o dos valores substantivos - âmbito que enraíza a produção de conhecimento. Reconhecida a significância do mito no sentido de orientar “num plano intuitivo, a construção (...) do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido”⁸, tal orientação desembocou na noção de que o desenvolvimento econômico nos moldes do centro capitalista poderia ser universalizado. Nas palavras do autor:

(...) pretende-se que os *standarts* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução

⁸ FURTADO, Celso. *O mito...*, op. cit., p.13.

burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial. (FURTADO, 1974, p.16)

Como consequência direta, tem-se a concepção de um processo de acumulação de capital cujo impulso dinâmico está no progresso tecnológico, “entelêquia existente fora de qualquer contexto social”⁹, que ignora as especificidades físico-produtivas do país e as implicações de um crescimento exponencial de estoque de capital no plano cultural.

De reverberações em meados de 1970, o espaço da cultura ganhou corpo nas reflexões de Furtado no final da mesma. Sob uma conjuntura de crise econômica e política, aprimorou e complexificou o conceito de desenvolvimento - um processo global, não estritamente econômico - alicerçando-o no “processo de invenção cultural”, na “realização das potencialidades humanas” - publica *Cultura e desenvolvimento em época de crise* em 1984.

Furtado ofereceu, deste modo, uma perspectiva distinta das abordagens ortodoxas que associavam, de modo geral, desenvolvimento à evolução do sistema de produção. O autor aponta para a existência de três dimensões do desenvolvimento: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade”¹⁰, competindo pela utilização de recursos. Esta última:

(...) a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer desperdício de recursos a outros. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal como parte de um discurso ideológico. Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica. (FURTADO, 1981, p.16)

Logo, o sistema de valores incumbe-se de dar coesão à integração entre os elementos econômicos e não econômicos, ampliando os horizontes da reflexão a respeito do processo de desenvolvimento a partir da visualização dos fins substantivos, cicerones legítimos das sociedades.

⁹ Ibid., p.14.

¹⁰ FURTADO, Celso. Pequena..., op.cit., p.16.

Capítulo 2 - A cultura na metodologia de Celso Furtado

No que diz respeito à metodologia, o *modus operandi* furtadiano consistiu, fundamentalmente, na articulação entre o processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento e os conceitos de cultura e de criatividade. Essa articulação é reflexo da faina de reorientar os esforços teóricos, visto obstaculizados pela insuficiência da instrumentalidade estatístico-matemática na abordagem dos problemas de ordem prática das sociedades.

Propôs, assim, uma forma outra de abordar a problemática do desenvolvimento a partir da construção de um novo quadro conceitual que se contrapusesse aos paradigmas tradicionais.

2.1 A Teoria do Excedente como pedra angular

Partindo da insuficiência da análise econômica corrente, que sagrou métodos analíticos que prescindem o conhecimento da sociedade em seu conjunto, Furtado elaborou uma reconstrução do marco conceitual, apoiando-o numa visão global das estruturas sociais historicamente identificadas. À revelia da visão tradicional do desenvolvimento, assinalou a necessidade de compreender os problemas sob uma perspectiva de totalidade e, sobretudo, da especificidade espaço-temporal daqueles. Além disso, tencionou contribuir à criação de uma linguagem comum às ciências sociais a fim de possibilitar a apreensão da realidade em suas múltiplas dimensões.

Posto que essa problemática interessa presentemente aos estudiosos de todas as ciências sociais e da história (...) Não se pretende substituir o trabalho que realizam independentemente as diversas disciplinas sociais, e sim completá-lo e enriquecê-lo". (FURTADO, 1981, p.XI)

A base deste novo quadro teórico assentou-se na ampliação do conceito de acumulação. Esta, para os economistas em geral, pode assumir basicamente as formas de fluxo, associada à formação de capital (investimento), e a de estoque, ou capital acumulado (capacidade de produção). Segundo Furtado, o enfoque clássico centrou-se no aspecto de fluxo, ou seja, num caso particular do processo de acumulação, "a ligada ao aumento da capacidade produtiva do sistema econômico"¹¹. No entanto, o entendimento das relações entre acumulação e

¹¹ FURTADO, Celso. Prefácio a nova economia política. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.15.

progresso técnico, centrais em sua teoria do desenvolvimento, requisitou uma análise global do processo acumulativo.

Dado o progresso técnico como condição necessária à continuidade da acumulação no tempo, quando esta localiza-se dentro do sistema de produção, o progresso técnico toma a forma de processos produtivos mais eficazes; quando fora, o progresso técnico apresenta-se sob a forma de modificação no estilo de vida de grupos sociais. “Quanto mais concentrada a renda, mais a acumulação fora do sistema produtivo requer modificações no estilo de vida, ou seja, a introdução de novos produtos”¹². O problema advém do fato de que nas economias subdesenvolvidas identifica-se um “atraso relativo na primeira forma de acumulação, o que dá lugar a um perfil particular de assimilação do fluxo de progresso técnico”¹³.

O autor sinalizou a premência de uma “teoria da acumulação global” firmada em um arcabouço teórico que exceda a mera transposição de conceitos correntes como investimento, poupança, consumo - conceitos que foram “concebidos para o estudo da acumulação geradora de um fator de produção, ou seja, criadora de um instrumento de poder de importância decisiva na apropriação do produto social”¹⁴. Como ponto de partida, elegeu o conceito de excedente, abandonado no século XIX a propósito da fundação de “uma ciência econômica pura, ou seja, com validade explicativa independentemente do conhecimento das estruturas sociais”¹⁵ - o que implica a aceitação de estruturas imutáveis, restringindo o campo de estudo à evolução da economia capitalista.

A existência de um excedente, conforme Furtado, pressupõe desigualdades dos níveis de consumo de uma coletividade. Estas, por sua vez, refletem um sistema de poder que influi sobre a repartição dos incrementos da produtividade do trabalho na medida em que limita a satisfação das necessidades básicas da população. Uma teoria do excedente permitiria, então, a articulação entre estratificação social, que supõe o aumento na eficácia do trabalho, sistemas de dominação e mudanças na sociedade em decorrência da acumulação. Em outras palavras, torna possível firmar uma “Teoria da mudança social”.

¹² Ibid., p.15.

¹³ Ibid., p.16.

¹⁴ FURTADO, Celso. Pequena..., op.cit., p.16.

¹⁵ FURTADO, Celso. Prefácio..., op. cit., p.17.

O conceito de excedente como expressão mais geral da acumulação, permite superar a dicotomia consumo-investimento. A análise econômica corrente agrega gastos de consumo de um indivíduo ou de uma coletividade como massa homogênea. Poderiam opções ser percebidas mediante “o estudo dos conflitos e interações que estão na base da formação do excedente e que condicionam sua utilização final”¹⁶. Assim, os processos sociais pelos quais se definem a importância relativa do excedente e sua utilização final são processos resultantes da interação de forças antagônicas; daí a necessidade de conhecimento das formas de antagonismo entre grupos e classes.

Portanto o que importa no conceito de excedente é a destinação final dos recursos, a qual está desligada da satisfação das necessidades constringentes e se abre sobre um horizonte de opções. É porque seu uso transcende as exigências básicas relacionadas com a reprodução da população, em certo contexto cultural, que estes recursos podem ser considerados excedentários. Visto de outro ângulo, **o uso desses recursos traduz o projeto de vida da coletividade**, a soma de todas as opções tomadas pelos indivíduos e grupos que participam de uma ou outra forma do sistema de dominação social. (FURTADO, 1981, p.49-50; grifo nosso)

A contribuição do conceito de luta de classes - “conflitos sociais que afetam diretamente o custo de reprodução da população, e, portanto, definem o montante do excedente”¹⁷ -, no estudo da dinâmica social, é direta quanto à definição do nível de excedente e repartição entre subgrupos dominantes, que expressam o resultado de antagonismos. Ademais, os antagonismos aumentam de importância quando há formação de grupos estáveis, o que significa tomada de consciência da existência de interesses específicos comuns. O conhecimento desse tipo de confrontação, que responde pela orientação geral do desenvolvimento econômico, leva-nos às estruturas internas de dominação e das relações externas de dependência. Interessa:

Identificar as motivações dos grupos que pretendem modificar a repartição do produto social em benefício próprio, pois essas motivações influenciam o processo de acumulação, tanto com respeito à sua intensidade como a sua composição. (Furtado, 1977, p.27; grifo nosso)

Aos propósitos da análise, “poder” foi definido por Furtado como “a capacidade que tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ou

¹⁶ Ibid., p.28.

¹⁷ Ibid., p.26.

dele apropriar-se”¹⁸. Logo, o excedente é uma manifestação material da existência de um sistema poder. O poder apresenta uma dupla dimensão inter-relacionada: a política, associada ao uso da coação, e a econômica, ligada à formação-aplicação do excedente. Essa relação nem sempre é perceptível quando observada “através do espesso quadro institucional” que a disciplina. Os pontos mais visíveis das estruturas de poder, em sociedades complexas, estariam no controle do acesso à terra, aos recursos naturais escassos, ao crédito, às profissões liberais, aos órgãos decisórios e repressivos do Estado, à informação, à criatividade. No entanto, há também, nestas mesmas sociedades, um segundo plano de controle que permeia o processo de socialização do indivíduo e assume a forma de um sistema de valores.

O alcance ideológico da ciência econômica esteve na colaboração para a ocultação do elemento de poder que existe nas decisões econômicas, assimilando-as a “automatismos” ou a “mecanismos”, cujas leis deveriam ser “descobertas” e respeitadas. Em verdade, o excedente assume uma multiplicidade de formas que refletem posições na estrutura social como: i. crescimento populacional; ii. desigualdades nos níveis dos gastos populacionais de consumo corrente; iii. desigualdades nos níveis de vida decorrentes da desigualdade dos níveis de acumulação real (não financeira); iv. desigualdades nos gastos realizados pelas famílias a fim de aumentar a dar acesso aos novos membros carreiras; v. dispêndios públicos (exceto os necessários ao funcionamento do sistema produtivo); vi. dispêndios privados destinados a ampliar o sistema de produção.

Destas formas, depreende-se a existência de três grupos: i. de formas ligadas ao processo de aperfeiçoamento das faculdades humanas como elemento do sistema produtivo (instrumentos que ampliam e aceleram a capacidade criadora individual); ii. de formas ligadas à acumulação de meios de produção; iii. de formas que se ligam diretamente à estratificação, ou, que asseguram a reprodução das desigualdades sociais. O autor afirma restar pouca dúvida quanto à influência do processo de reprodução das desigualdades sobre as demais formas de utilização do excedente, presumindo o conhecimento das estruturas de poder - “a composição do excedente é em grande parte um reflexo do sistema de dominação social”¹⁹.

Em síntese, o sistema econômico pode ser visto sob a perspectiva de três subconjuntos de atividades produtivas: atividades que respondem pelo processo de

¹⁸ Ibid., p.29.

¹⁹ Ibid., p.29.

reprodução da população; ligadas ao processo de estratificação; as que têm objetivo de elevar a produtividade social. A história das economias capitalistas permite a identificação de dois tipos de formações sócio-econômicas distintas: formações cujas desigualdades nos padrões de consumo estabilizaram-se e/ou decresceram e formações cujas desigualdades aumentaram. A abordagem destas particularidades:

Requer o estudo da evolução do conjunto do sistema capitalista, a fim de identificar a geração e a apropriação do excedente, decorrente da divisão internacional do trabalho. A esta se ligam formas de poder. (FURTADO, 1977, 32)

2.2 A História como elemento estratégico

Conforme o início da seção precedente, o propósito maior de Furtado foi o de criar um novo quadro analítico a partir de uma perspectiva global das estruturas sociais, identificadas historicamente. O caráter de especificidade, no tempo e no espaço, das condições que possibilitam o controle das transformações por parte de uma sociedade, será corolário imediato deste olhar sobre os processos sociais.

A apreensão da realidade social circunscrita a determinado momento e espaço, numa análise de cunho econômico, tem uma série de implicações, dentre as quais se sobressaem, primeiro, a especificidade das necessidades e das possibilidades de que dispõem cada sociedade; segundo, pensar de maneira concreta os dilemas e os problemas enfrentados por essas sociedades.

A especificidade foi a base da crítica de Furtado ao economicismo ortodoxo. A economia enquanto trata de problemas de curto prazo, pode progredir autonomamente aos avanços do conhecimento da sociedade como um todo, ou, pode apoiar-se num conhecimento superficial do comportamento global da sociedade. Contudo, o mesmo não é válido quando as proposições tornam-se mais complexas e passam a envolver o elemento tempo - e que, quando envolvido, não raro recebeu um tratamento problemático porque padeceu de excessiva abstração. Nas palavras do autor:

A matéria com que se preocupa o economista são determinados problemas sociais que foram simplificados expressamente para poderem ser tratados com certos métodos. **Esse processo de simplificação assume, via de regra, a forma de eliminação do fator tempo.** O erro metodológico da chamada “dinâmica econômica” consiste exatamente em pretender reintroduzir o fator tempo mantendo os problemas com o mesmo grau de simplificação, como se o tempo existisse em si mesmo, independentemente de qualquer conteúdo. (FURTADO, 1977, p.11; grifo nosso)

Dinamizar traduz-se por “tornar os problemas mais espessos, mais complexos, portanto desbordar os limites do “econômico””²⁰, ou seja, o dinamismo associa-se à mudança qualitativa, condicionada pela ação do homem; diz respeito a novas formas de fins que justificam a ação desse homem. Por conseguinte, ao avanço em direção a uma “dinâmica econômica”, incontornável torna-se a compreensão dos processos sociais globais que dão conformidade à estrutura do sistema capitalista - irradiações schumpeterianas:

Schumpeter formulou uma teoria do empresário inovador, agente transformador das estruturas produtivas, de óbvias afinidades com a visão dialética da história (...) preocupou-se com as mudanças estruturais e os processos irreversíveis que dão especificidade à história social. (...) **A influência do pensamento schumpeteriano decorre (...) de sua insistência nas forças sociais que provocam mutações estruturais e dão especificidade ao processo histórico do capitalismo.** (FURTADO, 1981, p.31-32; grifo nosso)

A despeito de certa vaguidade, Furtado reconhece a contribuição do método histórico para suprir a ausência do enfoque global aos processos sociais. Ocorreu “que a sofisticação de que se utiliza o economista fez-se no sentido da a-historicidade, abrindo-se assim um fosso entre a visão global derivada da história e a percepção particular dos problemas”²¹.

O que se pretendeu como forma de superação do marco conceitual tradicional, foi unir à História a noção de totalidade das estruturas sociais. O método histórico-estrutural mobilizado por Celso Furtado primou por uma articulação que supõe a qualidade de ciência social e o aspecto dinâmico da economia. Compatibilizou-se a História enquanto ação, intervenção do homem na realidade, a uma visão de conjunto que desborda o aspecto econômico. A História, uma arma, ao ser capaz de definir a especificidade do problema e do ator. Objetiva:

Sair em busca de uma teoria social global, na qual entronquem a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais (acumulação), a teoria da estratificação social e a teoria do poder. (FURTADO, 1977, p.11).

²⁰ Ibid., p.11.

²¹ Ibid., p.11.

2.3 A cultura como chave do desenvolvimento

A dimensão cultural na metodologia de Furtado é expressão do que o autor toma por desenvolvimento - um processo essencialmente de transformação orientada e que deve englobar o todo social. Em outros termos, os valores culturais constituem um fator que vai nortear a ação dos agentes em direção à subordinação das transformações, previamente definidas por aqueles mesmos, a propósito do interesse geral.

O desenvolvimento assumido como uma capacidade da sociedade controlar os meios e estabelecer fins, permitindo a subordinação das transformações aos objetivos nacionais, implica a apreensão da realidade social como algo estruturado, como uma “forma que pode ser descrita mediante regras que traduzem relações entre as partes desse todo”²², e como um processo, no sentido de desdobrar-se no tempo.

Nesta sociedade ao homem cumpre a função de “agente criador”; supõe um indivíduo que age, ou que tem a capacidade de agir. Esta ação, para Furtado, não se configura como espontânea ou impensada, mas regida por um tipo específico de comportamento, o racional, associado a uma prática também específica.

O comportamento racional do homem tem sua origem na prática da produção dos meios de subsistência. Essa prática conduz o homem a fixar-se objetivos e a adequar meios para consecução desses objetivos. Apreender a existência de relações estáveis entre os fins e os meios da ação é a base em que se funda o comportamento racional. (FURTADO, 1981, p.43)

O eco weberiano é ressonante: à ação do homem está ligada uma “postura de vida”, a um “modo de vida” próprio, a Racionalidade. Essa ação representa a liberdade de perseguir um fim indicado por valores últimos ou “significados de vida”, mediante o recurso à livre-escolha dos meios adequados (LÖWITH, 1994). Fala-se de uma “ação racional-final”; agir como uma pessoa livre é agir de forma racional-final, agir de acordo com uma adequação racional dos meios dados em relação ao fim estabelecido e com isso agir de maneira consequente, coerente (LÖWITH, 1994).

Sob este prisma, em Furtado, o comportamento racional, ligado à ideia de desenvolvimento, corresponde a um comportamento eficiente, compatível com os objetivos previamente determinados. Maior eficiência leia-se progresso técnico.

²² FURTADO, Celso. Pequena..., op.cit., p.42.

[o progresso técnico] é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar. Portanto é essa faculdade que possibilita o avanço da racionalidade no comportamento, que cria o desenvolvimento. É neste sentido que a ideia de desenvolvimento se liga intimamente à de eficiência, de maior racionalidade no comportamento humano, sendo a técnica um simples complemento dos meios naturais de que dispõe o homem para agir. (FURTADO, 1981, p.43-44; grifo nosso)

A divisão social do trabalho “traduz a busca de formas mais racionais de comportamento ao nível da sociedade ou dos grupos que a constituem”²³. Essa maior racionalidade pode ser buscada em um dado momento ou em um período mais ou menos longo de tempo. Duas formas dessa divisão: a de tipo sincrônica, em que se tem a “especialização dos elementos do grupo na sua forma simples: as atividades individuais cobrem a produção de um bem final em sua totalidade”²⁴; e a de tipo diacrônica, em que envolve a utilização de instrumentos produzidos por outras pessoas, adquirindo a divisão do trabalho uma dimensão temporal, abrindo possibilidades à acumulação ao nível das forças produtivas.

À medida que se passa da primeira para a segunda forma, a acumulação deixa de incorporar-se ao indivíduo para incorporar-se ao grupo diacrônico que se substitui ao indivíduo especializado. As consequências são profundas:

(...) na especialização simples, o indivíduo tem uma percepção clara da totalidade do processo produtivo em que está envolvido. O produto do seu trabalho liga-se diretamente aos fins que a sociedade se propõe. Para ele, a racionalidade dos fins e a dos meios são dois aspectos de uma mesma coisa. (...) **O avanço da técnica (...) tende a dissociar os dois planos de racionalidade: uma parte crescente dos que trabalham não têm uma percepção clara dos fins últimos que persegue toda a equipe intertemporal (...).** Dessa forma, a criatividade com respeito aos fins da vida do indivíduo tendeu a dissociar-se da prática da luta pelos meios de existência no que respeita às grandes maiorias trabalhadoras. **Paralelamente, a racionalidade do próprio sistema econômico assumiu crescente autonomia, condicionando mais e mais os fins da vida social.** (FURTADO, 1981, p.57-58; grifo nosso)

A técnica adquire, assim, a forma de ação programada em um código, cujo ponto de partida está na ação, ou, no esforço para lograr os fins preestabelecidos. Estes se estruturam em um sistema de valores que dá coerência às distintas formas de ação. Para agir com maior eficácia, o homem dota-se de técnicas que ampliam sua capacidade operativa pelo o uso de instrumentos. Desta forma, seja incorporando-se direta ou indiretamente ao homem – sob a forma de instrumentos -,

²³ FURTADO, Celso. Pequena..., op.cit., p.56.

²⁴ Ibid., p.56.

as técnicas somente são transmitidas mediante um processo de acumulação. Conclui Furtado, “o desenvolvimento da capacidade do homem para agir (e para produzir) funda-se num misto de inventividade e acumulação”²⁵.

Pré-estabelecido um fim, dentro de um sistema de valores, uma ação eficiente está associada à criação, e assim à criatividade, e à utilização dos meios que vão permitir o alcance do determinado fim. Acresce-se a esse sistema de valores um componente de poder:

A ruptura no plano da racionalidade ocorre quando o agente está capacitado para modificar o meio em que atua, apresentando no seu comportamento um fator volitivo criador de novo contexto. O campo do possível amplia-se, e a racionalidade passa a requerer uma visão mais abrangente da realidade. **Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder.** O comportamento do agente que não exerce poder é simplesmente adaptativo (...). A faculdade de transformar o contexto em que atua eleva o agente à posição de elemento motor do sistema econômico. (FURTADO, 2008, p. 37; grifo nosso)

É a interface cultural, ou, é o elemento ligado ao sistema de valores - que tem na técnica sua expressão exterior - o responsável pela articulação do processo de transformação social. Ao processo acumulativo no nível das forças produtivas corresponde um processo histórico de difusão de uma civilização, a industrial, caracterizada pela sujeição dos aumentos de produtividade à obtenção crescente de lucros.

Se se limita à difusão de técnicas já conhecidas e comprovadas, o desenvolvimento se confunde com a acumulação. Mas circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são outra coisa que formas de comportamento cuja racionalidade não é independente de fins preestabelecidos (...). **Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver,** o que implica na desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas. (FURTADO, 1981, p.46; grifo nosso)

A demasiada concentração no estudo do processo acumulativo encobre a adoção de “padrões de modernidade”, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideram, redundando em um desenvolvimento desigual, expressão dos valores de uma sociedade que tem no lucro um fim em si. Daí que o papel da criatividade no desenvolvimento tenha perdido visibilidade, bem

²⁵ Ibid., p.46.

como a “relação entre acumulação e os valores que presidem a vida social. Essa simplificação oculta a existência de modos de desenvolvimento hegemônicos, que monopolizam a inventividade ao nível dos fins em benefício de certos países”²⁶.

O privilégio dado às estruturas produtivas em detrimento de outras esferas, característica desta civilização industrial, tem um significado profundo e consequências diretas sobre a orientação que será dada à acumulação, tendo em vista que esta é também vetor do progresso das técnicas. Furtado diz:

(...) o controle dessas estruturas [produtivas] e a capacidade para fazê-las operar eficientemente constituem as bases do sistema de poder. A criatividade está principalmente orientada para a produção de técnicas que assegurem a estabilidade desse poder em face das pressões internas e externas (...) **caso de uma sociedade em que a racionalidade instrumental constitui ela mesma fonte de legitimidade do sistema de poder** e em que a inventividade com respeito aos aspectos operativos da vida social impõe-se sobre todas as outras formas de criatividade. (FURTADO, 1981, p.53; grifo nosso)

Trata-se, portanto, dos moldes em que, numa determinada sociedade, dá-se a relação entre os processos de acumulação, em sua totalidade, e de capacidade inventiva, que pode estar a serviço da coletividade no sentido da contestação ou do reforço das estruturas de dominação social.

Os dois eixos em que se desdobra o processo acumulativo se subordinam, um, à racionalidade instrumental, aos critérios de eficiência, e o outro à racionalidade substantiva, aos fins que se propõe o homem individual e/ou coletivamente. Contudo não se deve perder de vista que **o processo acumulativo é um só e que, tanto ao nível dos meios como dos fins da vida social, ele bebe na mesma fonte que é a criatividade**. (FURTADO, 1981, p.56; grifo nosso)

²⁶ FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. Estud. av., São Paulo, v.4, n.8, 1990, p.172.

Capítulo 3 - A dimensão cultural na teoria de Celso Furtado

A função que cumpre a cultura na teoria do desenvolvimento furtadiana diz respeito ao sistema de valores que orienta o processo de incorporação de progresso técnico. Tendo como base o princípio da racionalização - que norteia a conduta humana -, Furtado procura compreender como este princípio de adequação entre meios e fins pode ser aplicado às determinações que regem a geração, a distribuição e a utilização do excedente social.

Ao ater-se à forma pela qual se dá a incorporação do progresso técnico em sociedades subdesenvolvidas, o problema da aplicação do excedente e suas implicações - como a distorção da utilização - vai estar associado aos valores que direcionam o comportamento do homem, responsável pela condução do processo de assimilação das técnicas.

3.1 O princípio da racionalização

No esforço de superar uma visão de desenvolvimento que se confunde com a explicação do comportamento do sistema produtivo - o que implica, implicitamente, os valores “como transcendentais à sociedade ou simples epifenômenos”²⁷ -, Furtado funda a ideia de desenvolvimento no processo de invenção cultural. Ao homem, neste decurso, cabe atuar “como fator de transformação do mundo, portanto de afirmação de si mesmo”²⁸, engendrando o desenvolvimento à medida que realiza suas virtualidades e potencialidades.

A compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento passa, desta forma, pela percepção do sentido que o homem atribui à sua conduta - logo, pelo sistema próprio de crenças, valores e de conhecimentos de cada sociedade. O traço marcadamente característico da sociedade ocidental moderna pode ser depositado na racionalização. Como uma primeira aproximação, a racionalização corresponde a uma ampliação da esfera das ações racionais com relação a um objetivo.

As ações racionais podem distinguir-se em dois tipos: em relação a um objetivo e em relação a um valor. A primeira “é definida pelo fato de que o ator concebe claramente seu objetivo e combina meios disponíveis para atingi-lo”²⁹. É o

²⁷ FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1981, p.X.

²⁸ Ibid., p.IX.

²⁹ ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Tradução: Sérgio Bath. - 6ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 727.

engenheiro que constrói pontes, o especulador que se esforça para ganhar dinheiro. A segunda envolve um modo de agir que está comprometido menos com a obtenção de um resultado extrínseco do que com a fidelidade a alguma ideia ou valor. Um homem que se deixa matar em duelo ou, um capitão que afunda com seu navio: a ação é racional não porque pretende alcançar um objetivo definido, mas porque seria desonroso não responder a um desafio ou, abandonar o navio que afunda.

Em termos outros, o processo de invenção cultural ordena-se em torno de dois eixos básicos: i. a ação do homem - a chamada racionalidade formal ou instrumental; ii. os fins a que o homem liga a própria vida - racionalidade dos fins ou substantiva. A invenção que se liga à ação supõe “objetivos ou fins previamente definidos. Ela nos dá a técnica. A invenção ligada aos fins, aos desígnios últimos, nos dá os valores, os quais podem ser morais, religiosos, estéticos, etc.”³⁰.

Furtado afirma ser de terreno inexplorado da teoria do desenvolvimento as razões pelas quais uma sociedade favorece, em dado momento, a criação de técnicas e não de valores. No entanto, é sabido que a inovação dos meios - o progresso técnico - apresenta um poder difusão, dado seu caráter universalista, muito superior ao da criação de valores. Na civilização industrial, a capacidade inventiva do homem foi progressivamente canalizada para a criação tecnológica, o que fundamenta sua força expansiva. A esse quadro histórico deve-se atribuir o fato de certa visão do desenvolvimento circunscrito à lógica dos meios a qual, estaticamente, conduz à ideia de eficiência e, dinamicamente, à inovação técnica, causadora do incremento dessa eficiência.

Posto isso, fala-se de uma difusão social da racionalidade instrumental, ou seja, tem-se uma crescente “subordinação do processo social aos critérios da racionalidade instrumental”³¹ na medida em que os critérios mercantis emaranharam-se na organização da produção, resultando no desmantelamento das estruturas de dominação tradicionais.

O processo de emergência de novas estruturas de dominação social deriva de que as relações mercantis, antes circunscritas ao intercâmbio de produtos finais ou semifinais, tendem a verticalizar-se: a penetrar na estrutura da produção, vale dizer, a transformar os ingredientes da produção em mercadorias. (Furtado, 1981, p.4)

³⁰ FURTADO, Celso. Pequena introdução..., op. cit., p.X.

³¹ Ibid., p.5.

As consequências desse processo, que conduz o capitalismo comercial ao industrial, são de duas ordens principais: i. aumentam as possibilidades da divisão social do trabalho, pois a especialização a nível do produto, ou de uma fase da produção, substituída pela divisão do trabalho em tarefas simples, amplia a possibilidade do uso de instrumentos; ii. muda-se o principal interlocutor do capitalista, antes um membro da estrutura de dominação para um trabalhador isolado, substituível, dado a simplicidade da atividade que realiza. A acumulação, assim, passa a identificar-se “com um fundo de salários, ou seja, com um estoque de bens de consumo corrente”³², medida em unidades homogêneas de trabalho simples, o que obstaculiza uma maior compreensão do papel da evolução da técnica na sociedade capitalista.

O avanço das técnicas tendeu a ser visto como um meio de contornar a escassez de um fator de produção, ao nível de uma unidade produtiva. Essa visão microeconômica da técnica pelo prisma do agenciamento dos ingredientes da produção (recursos naturais, trabalho e capital) está na origem de muitas das dificuldades com que se depararão os economistas para adotarem um enfoque dinâmico dos processos econômicos e perceberem nestes algo mais do que uma simples sequência de situações estáticas. Muitas das manifestações mais significativas do que chamamos progresso técnico (...) somente podem ser captadas plenamente mediante uma visão global do sistema social. (Furtado, 1981, p. 7)

O progresso técnico não é senão o “conjunto das transformações sociais que tornam possível a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista”³³. A perenidade do processo depende da união de duas capacidades: a de postergar o uso final de recursos já disponíveis para o consumo - ato de “renúncia” que corresponde a uma remuneração - e a de transformar parte do que acumula em capital, em recursos remunerados. Isto “somente ocorre, se dentro do horizonte de possibilidades técnicas aberto à aplicação dos recursos que se estão acumulando, surgirem respostas aos requerimentos da sociedade com respeito ao uso final da renda”³⁴.

Faz-se necessário que o progresso técnico crie espaços para que a acumulação se dê sob a forma de criação de novo capital. O processo de acumulação, em verdade, satisfaz um “projeto de utilização final da renda do conjunto da coletividade, projeto esse que reflete a relação de forças entre os

³² Ibid., p.6.

³³ Ibid., p.7.

³⁴ Ibid., p.8.

grupos que compõem a referida coletividade”³⁵. Logo, ao viabilizar a acumulação, o progresso técnico posta-se a serviço da realização desse projeto - da reprodução da sociedade.

A reprodução desta sociedade - a superação do ponto de saturação a que necessariamente atinge-se a acumulação como formação de capital - vincula-se, portanto, a uma série de modificações que dizem respeito ao conjunto do sistema. Daí a impossibilidade de captar a natureza do problema se apreendido o progresso técnico fora do plano social.

Com efeito, **o progresso técnico concebido sob o ângulo da adoção de métodos produtivos mais eficazes (...) não seria suficiente para fundar o processo acumulativo tal qual este existe na sociedade capitalista.** A partir de certo ponto, a acumulação somente se manteria mediante a diminuição das desigualdades sociais ou a redução da utilização da força de trabalho, o que não se faria sem amplas modificações sociais. Por outro lado, **a acumulação que se apoia na simples introdução de novos produtos (...), sem que se modifique a eficiência dos processos produtivos, quando seja tecnicamente possível requererá crescentes desigualdades sociais.** Desta forma, **por trás do que chamamos de progresso técnico enfileiram-se complexas modificações sociais.** (Furtado, 1981, p.8-9; grifo nosso)

Arraigados os parâmetros mercantis à organização produtiva, havendo em última instância uma “ampliação do espaço social submetido à racionalidade instrumental”³⁶, isto é, uma crescente autonomização da esfera econômica do corpo social - no limite, o lucro como um fim em si -, a fratura entre meios e fins constitui-se consequência imediata. Historicamente, estabelecido determinado padrão de apropriação do produto social, o comportamento das classes dominantes tomou o rumo da preservação daquele. Os que controlam as posições estratégicas na sociedade capitalista orientaram-se pelo propósito de conservar os privilégios desfrutados na apropriação do produto social, uma distorção expressiva da relação de adequação de meios a fins previamente ajustados.

Os agentes que dirigem ou controlam as atividades econômicas na sociedade capitalista raramente estão articulados em função de objetivos preestabelecidos. Em realidade eles competem e disputam entre si um espaço, alimentando assim o processo de acumulação que é responsável, em última instância pela pressão no sentido de aumento da participação do trabalho na apropriação do produto social. Portanto, ao competirem entre si, tais elementos desencadeiam forças que operam no sentido de reduzir o espaço que eles mesmos disputam. Essa situação favorece sobremodo os agentes que inovam no sentido de economizar

³⁵ Ibid., p.8.

³⁶ Ibid., p.4.

mão-de-obra, cuja ação provoca a obsolescência de equipamentos em plena produção. (Furtado, 1981, p.10; grifo nosso)

Logo, o dinamismo da sociedade capitalista está na reprodução da estrutura de privilégios apoiada na inovação técnica - é porque assegura a reprodução dos privilégios, criando uma fratura entre os meios e os fins, que o avanço técnico efetiva-se. Apesar da absorção do progresso técnico em uma sociedade competitiva implicar forte acumulação - introjetando pressões sociais a favor da redução das desigualdades -, a ação conjugada da inovação técnica e da acumulação harmoniza a reprodução dos privilégios com a permanência de forças sociais contestadoras. A “subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade inigualitária e de elevado potencial de acumulação constitui a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea”³⁷.

3.2 Os condicionantes objetivos do subdesenvolvimento

Afunilando o recorte analítico, o princípio da racionalização adquire nuances peculiares nas sociedades periféricas. Aplicado às realidades histórico-culturais particulares, que ocupam uma posição subordinada no sistema mundial capitalista, esse princípio vai tomar uma forma problemática no processo de incorporação de progresso técnico - guiado por um tipo de burguesia incapaz de discernir e compatibilizar as possibilidades e as necessidades do país, ou seja, um processo que expressa um desajuste entre meios e fins pré-estabelecidos.

Objetivamente, o subdesenvolvimento é um produto histórico em que se cristalizou uma estrutura, a centro-periférica, que opera pela assimetria na geração e na propagação do progresso técnico. O modo pelo qual se dá a assimilação desse progresso técnico é reflexo do processo de acumulação capitalista. Furtado, a propósito de uma perspectiva global, vai abordá-la a partir da ideia de excedente. Trata-se, no fundo, da capacidade de criar e distribuir o excedente no mesmo padrão de eficiência econômica, compatível com forças produtivas do país.

Quando esta [acumulação] se localiza no sistema de produção, o progresso técnico assume a forma de assimilação de processos produtivos mais eficazes; quando tem lugar fora do sistema de produção o progresso técnico se apresenta sob forma de modificação no estilo de vida de grupos de população. Em um e outro casos, o progresso técnico é condição necessária para que a acumulação global tenha continuidade no tempo. Contudo, no primeiro caso as razões são essencialmente técnicas (...). No segundo caso (...) são regidas por fatores sociais. Quanto mais

³⁷ Ibid., p.18.

concentrada a renda, mais acumulação fora do sistema produtivo requer modificações no estilo de vida, ou seja, a introdução de novos produtos. (Furtado, 1977, p.15)

Em economias subdesenvolvidas, verifica-se um atraso relativo na primeira das formas, o que resulta num perfil particular de absorção do fluxo de progresso técnico. Em outras palavras, o subdesenvolvimento é uma conformação sócio econômica específica, surgida em áreas onde o sistema de divisão internacional do trabalho possibilitou aumentos de produtividade - a transformação da agricultura de subsistência em agricultura comercial de exportação - a partir de simples realocação de recursos, ou seja, sem modificações nas técnicas de produção, objetivando vantagens comparativas estáticas no comércio internacional.

O progresso técnico - tanto sob a forma de adoção de métodos produtivos mais eficientes como sob a forma de introdução de novos produtos destinados ao consumo - e a correspondente aceleração no processo de acumulação (...) permitiram que em outras áreas crescesse significativamente a produtividade do trabalho, como fruto da especialização geográfica. Este último tipo de incremento de produtividade pode ter lugar sem modificações maiores nas técnicas de produção. (Furtado, 1974, p.78)

Os aumentos de produtividade decorrem, pois, do acesso a um outro mercado com base na especialização. “O país que absorve os novos produtos lançados no mercado internacional muito provavelmente irá pagá-los com manufaturados cuja produção se beneficia de economias de escala”³⁸. A difusão de novas técnicas, em certas áreas, dada pela introdução de novos produtos implicou a introdução de todo um novo “sistema de vida” que beneficiou certos segmentos sociais.

Posto em termos do excedente adicional, assim criado, permanece no exterior em sua quase totalidade. A pequena parcela apropriada pelo interior direciona-se ao financiamento da diversificação do consumo de uma minoria restrita, mediante a importação de novos artigos. “Este uso particular do excedente adicional deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas”³⁹. Em síntese, o subdesenvolvimento “é um desequilíbrio na

³⁸ FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade, São Paulo: Unicamp, n.1, p. 5-19, 1992, p.7.

³⁹ FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p.78.

assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente no estilo de vida”⁴⁰.

Destarte, a apreensão do subdesenvolvimento em sua essência – caso específico “de processos sociais em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população” exige focalizar, concomitantemente, os processos: i. de produção, ou seja, de realocação de recursos que dá origem a um excedente adicional e a forma de apropriação deste; ii. de circulação, de utilização do excedente ligada à adoção de padrões de consumo. Conjuntamente, “engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes”⁴¹.

3.3 Os condicionantes subjetivos do subdesenvolvimento

O capitalismo industrial levou, basicamente, à especialização dos países em direção a duas atividades: aquelas em que os métodos produtivos mais eficientes penetravam rapidamente e aquelas em que estes eram insignificantes. As vantagens comparativas deram legitimidade à especialização internacional. Contudo, eram encobertos tanto a “extrema disparidade na difusão do progresso nas técnicas de produção como o fato de que o novo excedente criado na periferia não se conectava com o processo de formação de capital”⁴². Furtado define a modernização precisamente nessa desconexão:

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (...) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da “taxa de exploração”, vale dizer, da proporção do excedente no produto líquido.” (Furtado, 1974, 81; grifo nosso)

As condições subjetivas do subdesenvolvimento são resultado da vontade política de uma elite aculturada, que endossa valores culturais que lhes são alheios. Na periferia, o excedente criado é usado na difusão dos padrões de consumo do centro capitalista; esta dá-se de maneira irregular: o produto do aumento da

⁴⁰ FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado..., op. cit., p.8.

⁴¹ FURTADO, Celso. O mito..., op. cit., p.80.

⁴² Ibid., p.79.

produtividade foi revertido “em benefício de uma pequena minoria, razão pela qual a renda disponível para consumo do grupo privilegiado cresceu de forma substancial”⁴³. Logo, o ritmo da evolução dos países periféricos foi dado por classes dirigentes que almejam e incorporam, padrões de consumo onde o nível de acumulação é muito superior, impregnadas de uma cultura que tem no progresso técnico seu elemento motor.

Segundo Furtado, a modernização vai condicionar as possibilidades e os limites do processo de industrialização. Esta, nas economias que se inseriram no sistema de divisão internacional do trabalho como exportadoras de produtos primários, iniciou-se pelas atividades complementares das importações - indústrias mais simples, pouco exigentes em tecnologia e de baixo coeficiente de capital. “Toda vez que a capacidade para importar entre em crise, melhoram as condições para que as atividades “substitutivas” internas se ampliem. O espaço em que estas penetram é previamente delimitado pelas atividades importadoras”⁴⁴.

Os avanços tecnológicos deram-se inicialmente, portanto, pela via da importação de bens de consumo, alcançando os processos produtivos somente em fase posterior. À medida que progride, a industrialização faz-se mais exigente, demandando maiores dotações de capital. Põe-se o problema da obtenção de recursos externos e/ou de elevar a taxa de poupança:

A substituição de bens importados pela produção local requer maior esforço de acumulação no sistema produtivo, concorrendo com o processo de modernização. Essa pressão sobre a poupança gerada pela disputa entre acumulação reprodutiva e modernização está na **origem de processos inflacionários crônicos e de tendência ao endividamento externo**. (FURTADO, 1992, p.9; grifo nosso)

Além disso, a atividade industrial é *labour-saving*, comparativamente à primário exportadora - quer se dizer, economiza mão-de-obra por unidade de produto final. Bens que eram importados passam a ser obtidos mediante menor aplicação de mão-de-obra e maior de capital. Esta proporção de mão-de-obra empregada, ante essas circunstâncias, na “produção de bens consumidos pelos grupos sociais modernizados” desempenha papel chave na manutenção da situação de subdesenvolvimento no tempo.

⁴³ Ibid., p.79.

⁴⁴ FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado..., op. cit., p.8-9.

(...)a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico, e da consequente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, **resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização**. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria condições para que os salários reais se mantenham próximos no nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho". (Furtado, 1974, p.82; grifo nosso)

Furtado associa, então, a reprodução das estruturas sociais identificadas como subdesenvolvimento, ao comportamento dos grupos que se apropriam do excedente - comportamento condicionado pela situação de dependência cultural e que tende a agravar as desigualdades sociais com o avanço da acumulação. Sob outro ângulo, "o excedente retido na periferia desempenhará papel fundamental no processo de aculturação que nela tem lugar, operando como vetor dos hábitos de consumo das economias dominantes"⁴⁵. Assim, nas economias subdesenvolvidas:

[o] fator básico que governa a distribuição de renda (...) parece ser a pressão gerada pelo processo de modernização, isto é, pelo esforço que realizam os grupos que se apropriam do excedente para reproduzir as formas de consumo, em permanente mutação, dos países cênicos. Essa pressão dá origem à rápida diversificação do consumo e determina a orientação da tecnologia adotada. Ela, mais do que a existência de uma oferta clássica de mão-de-obra, determina o diferencial entre o salário industrial e o salário no setor de subsistência. (Furtado, 1974, p.82; grifo nosso)

À dependência, "que é a situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior"⁴⁶, importa menos o controle da produção do sistema de produção local do que a utilização dada àquela porção do excedente que circula pelo comércio internacional. Na periferia do sistema capitalista mundial, um tipo de colonização cultural pauta-se pela convergência da ação das classes dirigentes locais, identificadas "cultural e ideologicamente com a metrópole, servindo a parte do excedente que lhe corresponde de instrumento do processo de aculturação"⁴⁷, interessadas, portanto, na manutenção de elevada taxa de

⁴⁵ FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.112.

⁴⁶ FURTADO, Celso. O mito..., op. cit., p. 84.

⁴⁷ FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento..., op.cit., p.113.

exploração, e dos grupos que, a partir do centro sistêmico, controlam a economia internacional e cujo principal interesse é o de criar e ampliar mercados para o fluxo dos novos produtos continuamente gerados pela revolução industrial.

Em síntese, o subdesenvolvimento é o produto de uma situação histórica, que cindiu o mundo em "centro-periferia", e de uma opção política, que sujeitou a incorporação do progresso técnico à mímese dos estilos de vida das economias centrais. O problema reside na disparidade entre economias centrais e periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e ao poder de socialização do excedente entre salário e lucro - impossibilitando a generalização do estilo de vida do centro ao conjunto da população periférica. O subdesenvolvimento desponta quando, ignoradas essas diferenças, elites aculturadas, que monopolizam a renda, impõem como prioridade do processo de acumulação a cópia dos estilos de vida dos países centrais, obstaculizando a integração de massiva população aos padrões mais adiantados de vida material e cultural.

Mas, por detrás desses sintomas, não é difícil perceber **uma causa mais profunda: a incompatibilidade entre o projeto de desenvolvimento dos grupos dirigentes**, visando a reproduzir dinamicamente os padrões de consumo dos países cênicos, **e o grau de acumulação de capital alcançado no país.** (Furtado, 1974, p.91; grifo nosso)

3.4 O planejamento

A compreensão da persistência histórica do subdesenvolvimento, para Furtado, exige “observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial”⁴⁸. Para o autor, o movimento da economia subdesenvolvida é influenciado pelo sistema capitalista mundial à medida que a capacidade de a sociedade dependente controlar os fins e os meios, que regem o processo de acumulação, é condicionada pela irradiação dos padrões de consumo do centro.

Dado certo contexto histórico, e sua respectiva gama de opções, o modo de participação no sistema capitalista mundial “depende de decisões internas, condicionadas pelas estruturas extra-econômicas que definem as necessidades e

⁴⁸ FURTADO, Celso. Pequena..., op.cit., p.23.

os valores substantivos da sociedade nacional”⁴⁹. Logo, o entendimento do subdesenvolvimento como produto de uma condição histórica e de uma vontade política, supõe uma análise balizada em fatores sociais, dimensionada pela história e permeada pelo conjunto de valores que orientam as decisões - em particular, as econômicas - tomadas pelos homens:

É que toda decisão econômica é parte de um conjunto de decisões com importantes projeções no tempo. Essas decisões encontram sua coerência última num *projeto* que introduz um sentido unificador na ação do agente. Isolar uma decisão do conjunto dotado de sentido, que é o *projeto* do agente, considerá-la fora do tempo e em seguida adicioná-la a decisões pertencentes a outros projetos, como se tratasse de elementos homogêneos, é algo fundamentalmente distinto do que em ciência natural se considera como legítima aplicação do método analítico (FURTADO, 1974, p.114-5)

Nesse sentido, a teoria da dependência - “que estuda o modo como os nexos externos de subordinação econômica e política articulam-se internamente com o sistema de dominação social”⁵⁰ - é o instrumental articulado pelo autor para compreender as “decisões intertemporais de gasto e seus efeitos sobre o processo de construção de um sistema econômico nacional”⁵¹. Segundo Furtado, o fenômeno da “dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência”⁵².

A industrialização que se realiza no quadro da dependência é problemática porque não rompe com lógica da mimetização dos padrões de consumo. Mesmo quando deslocado o centro dinâmico para o mercado interno, a acumulação de capital permanece impulsionada “por um processo adaptativo, induzido pela necessidade de preencher vazios na oferta agregada provocados pela impossibilidade do acesso aos produtos importados”⁵³. A industrialização dependente necessita do acesso a uma tecnologia incompatível com o grau de desenvolvimento das forças produtivas do país, fazendo da assimilação de progresso técnico um processo descontínuo.

⁴⁹ SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p.183.

⁵⁰ Ibid., p.183

⁵¹ Ibid., p.183.

⁵² FURTADO, Celso. O mito..., op. cit. p.87.

⁵³ SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Entre a..., op. cit., p.184.

Para Furtado, compete ao planejamento a racionalização da industrialização, ou seja, é preciso haver certa intervenção, a do Estado, para conformar as necessidades às possibilidades, ou, adequar os meios aos fins previamente estabelecidos pela sociedade nacional. A industrialização nos moldes periféricos, tutelada pelo processo de modernização, e a estrutura social consequente, deu-se pela ação direta do Estado. Nas palavras do autor:

No começo de tudo está modernização, que define o perfil da demanda e pressiona no sentido de utilizar o excedente para ampliar e diversificar o consumo de uma minoria que se diferencia por seu estilo de vida. **As limitações dessa tendência não vêm das forças sociais e sim do Estado. É graças às iniciativas deste que a parcela do excedente canalizada para os investimentos é aumentada. Também é graças a ação do Estado que os investimentos ligados ao mercado interno deixam de ser apenas um complemento do processo de modernização para adquirir um sentido social mais amplo.** Em todo caso, é a interação dessas duas forças - o processo de modernização e a ação do Estado - que alimenta a industrialização periférica e define o quadro social que dela emerge. (FURTADO, 1981, p.138-139; grifo nosso)

A superação da situação de subdesenvolvimento não pode prescindir, portanto, da coordenação do processo de industrialização, passando pela edificação dos pré-requisitos que viabilizam o desenvolvimento das forças produtivas, pela regulação do tipo de mercado às exigências de escalas mínimas do processo produtivo, bem como pela promoção de ajustamentos na distribuição de renda a fim de maximizar a difusão dos bens de consumo substituídos. No entanto, não são desconhecidas, pelo autor, as limitações do Estado desenvolvimentista:

Mas não imaginemos que a ação do Estado se faz em contradição com a modernização, ou se apresenta como uma opção a ela. **A verdade é que o Estado intervém para ampliar as avenidas de uma industrialização que tende a perder fôlego quando apoiada apenas na modernização.** (...) Apropriando-se de uma parcela crescente do excedente, o Estado transformou-se no fator decisivo do volume de investimentos nas forças produtivas e também no custo de reprodução da sociedade, fonte que é de uma legislação social de crescente abrangência. Se a modernização opera como fonte de inovação, **ao Estado cabe o papel de difusor do progresso técnico, na medida em que decide do volume de emprego e do nível do salário básico.** (FURTADO, 1981, p.139; grifo nosso)

Desta industrialização conduzida no campo de um desenvolvimento imitativo, “que forçou tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão

social”⁵⁴ - a modernização de estilos de vida de estratos sociais médio e alto em detrimento da satisfação das necessidades elementares do conjunto da população -, engendrar o desenvolvimento como um processo endógeno reclama criatividade no plano político. Furtado diz, “somente a vontade política é capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida”⁵⁵.

Sobrepular o impasse de “reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população de bens e serviços essenciais”⁵⁶ vindica vontade coletiva. Esta, segundo o autor, “só poderá surgir se se der um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura, cujas raízes estão na massa da população”⁵⁷. Em última instância, o desafio é o de recompor a fratura entre os meios e os fins:

Cumpra-nos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior. A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir espaço à realização das potencialidades de nossa cultura. (FURTADO, 1984, p.30; grifo nosso)

Posto isso, realizar os objetivos nacionais requer não só a mediação do Estado enquanto entidade de coordenação – e representação dos anseios de seu povo-, mas a preservação do “gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam a nossa capacidade de ação, (...) também são vetores de valores que (...) mutilam nossa identidade cultural”⁵⁸. Trata-se de considerar e harmonizar as relações entre cultura, como sistema de valores, e o processo de desenvolvimento das forças produtivas; entre a lógica dos fins, que orienta a cultura, e a dos meios, razão instrumental que articula a acumulação; entre as necessidades e as possibilidades de que dispõem o país.

⁵⁴ FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento..., op. cit., p. 27.

⁵⁵ Ibid., p.28.

⁵⁶ Ibid., p.29.

⁵⁷ Ibid., p.30.

⁵⁸ Ibid., p.31.

Conclusão

Este trabalho sistematizou as reflexões teóricas de Celso Furtado acerca da dimensão cultural como um condicionante decisivo do “desenvolvimento dependente nas sociedades de origem colonial que avançaram no processo de industrialização subdesenvolvida”⁵⁹. Expusemos como a cultura pode ser um elemento capital na explicação da condição de atraso econômico-social da periferia do sistema capitalista, à medida que se define as opções e tomam-se às decisões, quanto ao caminho a ser trilhado rumo ao desenvolvimento, com base no sistema de valores das sociedades,

Vimos que, ao precisar a especificidade do desenvolvimento em cada sociedade, a problemática da cultura situou-se no âmago do método histórico-estrutural furtadiano - uma crítica ao economicismo. A História situa no tempo e no espaço as particularidades do objeto e do sujeito do processo social. A noção de estrutura exprime a visão de conjunto das condições que influenciam a geração, a distribuição e a utilização dos recursos. Os valores constituíram-se no elo articulador do método, condicionando as transformações sociais ao resultado da interação entre os meios e os fins.

Em termos teóricos, o fator cultural esteve expresso na relação de adequação entre meios e fins - eixo orientador da teoria do desenvolvimento de Furtado. Mostramos que os valores, para o autor, dão sustentação à conduta que ajusta as necessidades sociais às possibilidades materiais. O subdesenvolvimento é, assim, consequência de uma opção política, movida pelas aspirações de uma minoria privilegiada, que opta pela adoção de padrões consumo que exigiam uma diversificação produtiva demasiada grande para o nível de acumulação passível de alcance - um desajuste ou uma distorção de meios e fins.

Indissociável de sua teoria, o cunho pragmático do pensamento de Furtado intentou contribuir concretamente à proposição de soluções próprias aos constrangimentos do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Tangenciada sua práxis, apresentamos que as possíveis alternativas à superação da condição subdesenvolvida passam pelos valores que presidem a conduta dos homens a fim do rompimento definitivo com modernização dos padrões de consumo – o

⁵⁹ SAMPAIO, Jr., Plínio Soares de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p.231.

planejamento da incorporação de progresso técnico a serviço do conjunto das necessidades e possibilidades da nação.

Admitida a persistência do subdesenvolvimento periférico, a atualização crítica das reflexões de Celso Furtado, pautadas pela apreensão do desenvolvimento como um processo de transformação controlada, revela-se incontornável à compreensão e dos dilemas de nossa sociedade. Logo, um pensamento que supõe uma prática, uma vez que a simples identificação das “rupturas necessárias para a superação do subdesenvolvimento nada diz (...) sobre os problemas concretos de cada formação social e sobre as tarefas das forças políticas comprometidas com a transformação do *status quo*”⁶⁰.

Repensar a assimilação e a reprodução indiscriminadas de valores do centro capitalista mundial - passe de ingresso a uma modernidade -, no fundo, trata-se de uma reflexão sobre a cultura. Subscrever o processo de desenvolvimento como a adequação entre meios e fins implica considerar a relação entre duas lógicas: a que movimenta acumulação - a geração do excedente que permite a satisfação das necessidades mais básicas da população - e a que rege a cultura - ligada aos ideais e aos interesses dos grupos sociais.

O fomento indistinto ao maior acesso a bens culturais pode “frustrar formas de criatividade e descaracterizar a cultura de um povo”⁶¹, ao invés da melhora de qualidade de vida da coletividade. Muitas são as incógnitas que devem ser equacionadas se se pretende um desenvolvimento autodeterminado, fundado na independência nacional, na eficácia econômica e na elevação do bem-estar social. Reduzir o problema aos seus elementos mais simples, comprova-se sem dificuldade que “a questão central se cinge a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural. Sem isso seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos”⁶².

⁶⁰ Ibid., p.231.

⁶¹ FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p.32.

⁶² Ibid., p.32.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Tradução: Sérgio Bath. - 6ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Prefácio: Alfredo Bosi. Ed. Definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade, São Paulo: Unicamp, n.1, p. 5-19, 1992.

_____. Entre inconformismo e reformismo. Estud. av., São Paulo, v. 4, n. 8, p. 166-187, 1990.

_____. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. 2 ed. São Paulo, Nacional, 1981.

_____. Prefácio a nova economia política. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (O Mundo, hoje, v.15).

_____. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LÖWITH, Karl. Max Weber e Karl Marx. In: Max Weber e Karl Marx. René E. Gertz (Org.). São Paulo, Hucitec, 1994.

PAULA, J.A. Celso Furtado, desenvolvimento e transformação social. In: D'AGUIAR, R.F. (Org.). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers, 2013, p.13-48.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. Economia Ensaios, Uberlândia, v.22, n.2, 2008.

_____. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.